

Unidos, os liberais dão demonstração de força

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O PFL é o grande partido do centro que, por sua homogeneidade, terá papel preponderante nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte", segundo visão de um dos candidatos à sua presidência nacional, o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE).

Os liberais estão empolgados com as demonstrações de força da bancada federal no plenário, diante das indefinições e das divisões do PMDB. Eles acham que só terão a se beneficiar dos problemas do partido majoritário, que tenderão a se agravar daqui para a frente, quando forem apreciadas questões polêmicas. Lembram que foi decisiva a adesão de seu líder, José Lourenço, que, antes mesmo da abertura dos trabalhos, deu forte alento à candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da Câmara quando ela estava paralisada e indecisa diante do que pareciam ser os rápidos avanços de seu rival, deputado Fernando Lyra.

"O PFL é o partido mais unido, mais homogêneo, não tem grupos



nem subdivisões. Por isso tem capacidade de multiplicar sua força", opina seu secretário-geral, Saulo Queiroz.

Severo adversário, o deputado Domingo Leonelli (PMDB-BA), da esquerda do partido majoritário, defende a tese de que "o PFL tem a herança da disciplina fisiológica. Ele se une, tanto ante a ameaça de perder quanto ante a perspectiva de ganhar cargos. Já o PMDB tem contradições no plano objetivo dos interesses da classe e tem sua esquerda onde cada cabeça é um mundo. A classe operária não tem a disciplina e a coesão da burguesia".

"Os partidos mais coesos são os de esquerda. Dos grandes partidos, o mais influente é o PFL, porque é o mais homogêneo com razoáveis infiltrações no PMDB", segundo o líder do PCB, Roberto Freire (PCN-PE).

Para Luis Inácio Lula da Silva, líder do PT, "os mais homogêneos dos grandes partidos são o PFL e o PDS. Eles têm sido mais compactos que o PMDB. Todos são conservadores".

Composto de ex-pedestistas, o PFL não tem tido receio de assumir posições, consideradas conservadoras, seja na economia quando se insurge contra a orientação do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, seja contra a ala esquerda do PMDB.

Tendo saído derrotado das últimas eleições, em todos os Estados, estava sendo enxotado do Ministério quando o ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves passou a fazer oposição doméstica ao governo, criticando o Plano Cruzado como demagógico. No recinto da Assembléia Nacional Constituinte, procura aparecer unido, como a segurança política do governo José Sarney diante da tibia e das indefinições do PMDB.

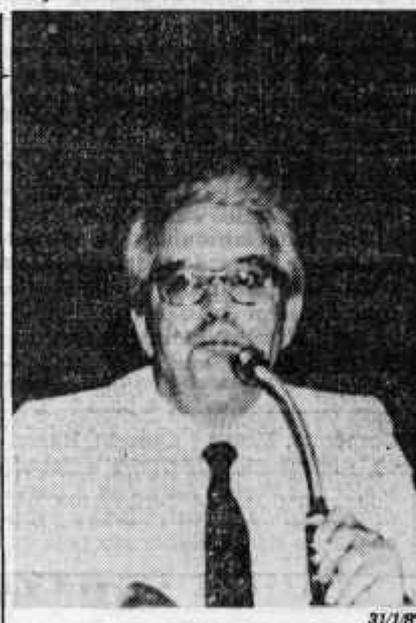
Lourenço, firmeza na liderança

LUSTOSA DA COSTA

A virada do regimento foi concordada pelo líder do partido, José Lourenço, desde o último domingo, mas ele esteve ausente ontem das negociações por problemas de saúde em família. Ousado, pragmático, de pontaria certeira na escolha dos padrinhos, o português José Lourenço aprendeu política em duas escolas. A do PSD, do seu ex-sogro Oliveira Brito, cujas lições levavam ao poder até 1964. Depois, na UDN de Antônio Carlos Magalhães, que exerceu influência no regime militar de 1964 até sua extinção.

Deputado estadual durante três legislaturas, foi líder vibrante do governo de Antônio Carlos Magalhães. Contra a vontade do chefe, que o queria manter na Assembléia Legislativa da Bahia, se elegeu deputado federal. Houve o rompimento feito, com o Banco do Estado da Bahia mandando seus títulos para protesto.

Chegando à Câmara, foi dos primeiros deputados do PDS a se definir pela candidatura de Aureliano Chaves à presidência da República na sucessão do general João Figueiredo e a prever: "Se não der Aureliano, dará Tancredo Neves". Foi o único período de sua vida pública em que esteve fora do poder e foi pouco porque resolveu tal problema a 15 de março de 1985



José Lourenço

31/87

quando José Sarney ascendeu à Presidência da República. Líder do PFL na Câmara, conseguiu que o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, obtivesse de Antônio Carlos Magalhães a garantia de não o hostilizar na campanha eleitoral do ano passado, o que levou os adversários de ambos a dizer que suas divergências eram forjadas.

Com a ostensiva simpatia do presidente Sarney e dos ministros do PFL, não teve maiores dificuldades em voltar à liderança do partido, derrotando Thomas Nonô (PFL-AL). Quando Ulysses Guimarães teve momentos de hesitação em sua campanha para a presidência da Câmara, ouviu dele a voz que o convocou à luta, com a promessa do apoio firme dos 118 deputados do PFL, com o que conquistou mais um padrinho forte.

Quando sentiu as mágoas da bancada com relação ao Plano Cruzado, não teve dúvidas em partir para a ofensiva contra a política econômico-financeira do ministro Dílson Funaro. Atendendo, porém, a um pedido do presidente da República, não hesitou em silenciar suas críticas.

Bom orador, que chegava a empolgar as galerias da Assembléia da Bahia com discursos de defesa do governo Antônio Carlos Magalhães, político que sabe dizer o que o interlocutor gosta de ouvir, conservador que não disfarça suas posições, José Lourenço tem uma validade, receber os amigos em sua casa apalacetada de Oliveira de Azeiteis, em Portugal, e um objetivo: manter o PFL unido para controlar os trabalhos da Constituinte e se qualificar como o partido que tem condições de dar verdadeira sustentação político-parlamentar ao governo.

Os militares estão satisfeitos

ZENAIDE AZEREDO

Ao incluir no projeto de resolução do regimento interno da Constituinte a terminologia "garantia das instituições", assim denominando a comissão que cuidará "da defesa do Estado, da sociedade e da segurança pública", além "da garantia da Constituição, reformas e emendas", o senador Fernando Henrique Cardoso satisfaz plenamente os anseios das Forças Armadas. Isso porque os militares anteviram nessa proposição um aceno à manutenção de seu papel constitucional de guardiães da segurança interna da nova Carta.

Se por um lado os militares, através de suas assessorias parlamentares, já se detiveram na análise do texto, dali tirando conclusões positivas para sua posição, as esquerdas manifestaram indiferença ao conteúdo do regimento, na esperança de reduzir a interferência dos militares na política em votação de plenário ou na própria comissão. Segundo o líder do PCB, deputado Roberto Freire "o governo não interfere nem induz a nada, pois não tem poderes para isso. E não adianta estar escrito isto ou aquilo, porque quem vai decidir é a maioria", assegurou o deputado pernambucano.

Já o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), acha que a melhor forma jurídica referente à atribuição dos militares é aquela que ele, de próprio punho, escreveu nos artigos 413 e 414 do anteprojeto constitucional solicitado pelo ex-presidente Tancredo Neves e que tanta polêmica provocou junto às Forças Armadas. "As

Forças Armadas — diz o anteprojeto em seu artigo 414 — destina-se a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade do seu território, os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, nos casos estritos da lei, a ordem constitucional."

Considerando perfeitamente válido subordinar aos poderes constitucionais — Executivo, Legislativo e Judiciário — a intervenção militar no País, o senador Afonso Arinos acha "muito perigosa a existência de uma lacuna quanto à previsão de intervenção militar no caso de perturbação da ordem política". E assegurou, do alto de seus 81 anos de idade e vivência de tantas intervenções militares no País: "Que vão intervir não há dúvida nenhuma havendo uma situação de crise da ordem institucional e social eles intervêm na certa. É uma tolice, ingenuidade ou demagogia pensar que eles não vão intervir. Intervêm mesmo sem estar na lei a permissão para intervir. Já será um golpe de Estado. Ao passo que no meu caso não será um golpe", comentou o jurista.

De qualquer forma, para Afonso Arinos não se deve levar em consideração essa falta de nitidez no regimento quanto à questão de indefinição dos termos da comissão que abarca os trabalhos das Forças Armadas. Isso porque Afonso Arinos considera que "uma obra de aluvião legislativa conquistada através de combinações políticas" acaba sofrendo em sua forma, tornando a redação do texto um tanto insatisfató-

ria. Assim, segundo o senador, depois de introduzidas tantas emendas no regimento, "não se pode dar muita importância lingüística à falta de nitidez do regimento", achando que não se deve também procurar uma hierarquia jurídica dentro de suas disposições.

Para os militares, no entanto, a denominação da comissão que abarcará o papel principal das Forças Armadas de "garantia das instituições" já é um bom sinal. Negam que tenha havido pressão ou sequer conversas com o relator, Fernando Henrique Cardoso, sobre o tema. Mas consideram que a elaboração do regimento foi feita por uma pessoa "de bom senso", que teve mesmo a iniciativa de considerar "não pertinente" a emenda de regimento apresentada pelo deputado Lysianeas Maciel (PDT-RJ), concernente à interdição dos militares de pronunciarem-se sobre assuntos constitucionais enquanto durar a Assembléia Nacional.

Bom senso ou não, o fato é que o senador Fernando Henrique Cardoso declarou ao O Estado e Jornal da Tarde no dia da abertura da Assembléia que a definição do papel constitucional das Forças Armadas "é mais ou menos clássica, em nossas Constituições anteriores como nas de outros países". E, lembrando que os militares não querem que se diminuam suas funções e nem os civis querem que essas funções sejam entendidas como de política interna, concluiu: "Mas isso não quer dizer que elas não possam atuar na garantia da Constituição". (Brasília/Agência Estado)